



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

GABRIELA FERREIRA LINS

**A REDUÇÃO DA PRESENÇA DO ESTADO NO SISTEMA FINANCEIRO
BRASILEIRO: O CASO DO BANESPA**

**SALVADOR
2001**

GABRIELA FERREIRA LINS

**A REDUÇÃO DA PRESENÇA DO ESTADO NO SISTEMA FINANCEIRO
BRASILEIRO: O CASO DO BANESPA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de
Economia da Universidade Federal da Bahia como
requisito parcial a obtenção do grau de Bacharel em
Economia

Orientador: Luiz Alberto Bastos Petitinga

**SALVADOR
2001**

RESUMO

Esse trabalho apresenta a análise da redução dos bancos estaduais no Sistema Financeiro Nacional pós Plano Real, apresentado como caso especial o Banespa – maior banco estadual do país, privatizado em novembro de 2000. São abordados os programas de saneamento dos bancos estaduais promovidos pelo Governo Federal, mostrando as fusões e incorporações dos bancos nacionais e estrangeiro, o que revela a reorganização do setor atual.

1 INTRODUÇÃO

Neste trabalho monográfico estuda-se o processo de privatização do Banespa, tendo como referência à redução da participação do Estado no Sistema Financeiro Brasileiro, pós Plano Real, bem como as fusões e incorporações feitas por bancos nacionais e estrangeiros e suas implicações no ranking dos bancos, atualmente.

A metodologia utilizada para comprovar empiricamente o resultado é a análise de dados secundários coletados em revistas, jornais especializados, internet, relatórios e boletins do Banco Central, além de pesquisas bibliográficas relacionadas com o setor bancário.

Começa-se fazendo uma breve retrospectiva sobre o surgimento dos bancos estaduais passando pelo processo de crise dos mesmos. São relatadas, também, as ações adotadas pelo governo federal visando o saneamento do sistema público estadual, o PROES¹. A partir do Plano Real, as reformas adotadas na área financeira tiveram a finalidade de fortalecer e reestruturar o Sistema Financeiro Nacional. Tais reformas se tornaram essenciais com a estabilização da economia, em especial com a perda de importantes receitas geradas pelas transferências inflacionárias; o floating.

No próximo capítulo, analisa-se o processo² de privatização do Banespa: as razões para a privatização; a transferência do banco para a União (o processo de Federalização) e a definição do preço mínimo (os critérios adotados pelas empresas de consultoria, contratadas pela União e pelo Estado de São Paulo para a formulação do preço mínimo definitivo). Por último, analisa-se o Leilão do Banespa.

1 PROES: Programa de Incentivo a Redução do Setor Público Estadual

2 Processo: conjunto dos procedimentos relativos à desestatização do BANESPA, mediante alienação das ações

No capítulo seguinte, trata-se de uma breve análise do interesse e das perspectivas do banco Santander no mercado brasileiro e na América Latina, principalmente, após a compra do Banespa, maior banco estadual do Brasil, privatizado em novembro de 2000. Além de abordar a reorganização do setor, considera as posições dos principais bancos pós-privatização, apresentando gráficos das colocações ou rankings dos bancos. Enfatiza também, a diminuição do Estado no Sistema Financeiro, agora com 38% dos ativos após a privatização do Banespa, e um aumento subsequente dos ativos dos bancos privados, com um total de 62%.

Por fim, conclui-se que a privatização do Banespa remodelou todo o cenário do setor bancário brasileiro. Por se tratar de um dos maiores bancos de natureza estatal do país, localizado em São Paulo, principal centro comercial e industrial, o Banespa dominava uma grande fatia do movimento financeiro no Estado mais rico da Federação, onde o volume de riqueza acumulada é superior à economia da maioria dos países latinos. Por esta razão, o Banespa tornou-se troféu cobiçado na guerra bancária por sua estratégica presença no mercado brasileiro.

2 A QUESTÃO DOS BANCOS ESTADUAIS

Para situar o contexto da redução da presença do estado no Sistema Financeiro, será necessário analisar neste capítulo, o panorama histórico do surgimento dos bancos estaduais, bem como o processo de crise que enfrentaram, além de tratar também das ações do governo visando o saneamento do sistema público estadual.

2.1 BREVE RETROSPECTIVA SOBRE O SURGIMENTO DOS BANCOS ESTADUAIS

A constituição dos bancos comerciais estaduais, ou simplesmente, bancos estaduais, na maioria dos casos, remonta ao período compreendido entre os anos 20 e 50, acompanhando a tendência de maior participação do Estado na economia. No entanto, as primeiras casas bancárias públicas não federais apareceram ainda no final do século passado, a exemplo do Banco de Crédito Real de Minas Gerais, que surgiu em 1889. Esse conjunto de instituições financeiras, apesar de ter seu controle submetido às respectivas unidades federativas, não se distinguia sobremaneira dos demais bancos comerciais privados, estando sua origem, em alguns casos, relacionadas à intervenção governamental no setor privado.

Com a reforma bancária de 1964, os bancos estaduais tiveram sua existência prevista pelo Artigo 22 da Lei 4.595, tendo ficado sujeitos às mesmas disposições referentes às instituições financeiras do segmento privado. Atualmente, de acordo com a Constituição Federal a instituição e o funcionamento desses bancos, exige apenas que o estado controlador tenha capacidade econômica compatível com o empreendimento e que os administradores possuam capacidade técnica e boa reputação.

Aos bancos estaduais é demandada uma série de expedientes, dentre os quais são incluídas as operações próprias de bancos comerciais, como recebimento de depósitos, concessão de empréstimos e atividades características de agência de fomento econômico regional. Dessa forma, tais instituições objetivam conjugar, ao mesmo tempo, metas de lucratividade, típica de um banco comercial, e de fomento econômico regional, característica de instituição financeira

sob controle majoritário do Estado.

Analisando a atuação dos bancos estaduais pelos fluxos de captação e aplicação de recursos, torna-se patente à tendência ao desequilíbrio das contas ativas e passivas, porquanto o perfil de captação caracteriza-se por operações de curto prazo e o de aplicações por fluxos de prazos mais dilatados. A essa falta de sincronismo temporal entre o ativo e o passivo dos bancos estaduais adiciona-se a vulnerabilidade das instituições a empréstimos de maiores riscos e, na maioria dos casos, de menor rentabilidade e/ou pouca liquidez. Tal situação faz com que as carteiras sejam de baixa qualidade, difíceis de gerenciar e tendentes a apresentar resultados negativos.

A essa complicada gestão de ativos e passivos somam-se às questões de ordem política. Não são raros os casos de bancos estaduais que passaram de gestores do caixa estadual ao próprio caixa do estado, através de uma atuação compromissada não com as demandas coletivas, mas com os interesses particulares e/ou políticos dos governos estaduais, ou financiando as necessidades de caixa do estado. Diante dessas situações apresentadas, restam aos bancos estaduais arcar com os prejuízos provenientes, e socorrer-se, às autoridades monetárias, como instituições requerentes de programas especiais de recuperação.

O desejável equilíbrio financeiro de bancos estaduais brasileiros, difícil já na origem devido à necessidade de conciliar metas díspares, tornou-se ainda mais distante a partir da década de 80, quando muitos bancos passaram a se constituir, informalmente, em agentes de financiamento do setor público. Os desequilíbrios financeiros destas instituições aumentaram e programas de recuperação tiveram que ser desenvolvidos para fazê-las retornar à indispensável sanidade financeira. Esta realidade torna-se recorrente nos anos 80 e 90.

A partir de 1983, seguiram-se diversos programas de assistência a instituições financeiras estaduais. O Programa de Apoio Certifico (PAC), estabelecido em meados de 1983, foi sucedido pelo Programa de Recuperação econômico-financeiras (PROREF), em 1984, e este pelo Regime de Administração Especial Temporária (RAET), em 1987. Esse último foi o único que não se limitou ao controle indireto do objeto em questão ou tampouco restringiu-se

a recomendações de caráter corretivo.

Segundo Adelaide Mota de Lima (1997):

Em 1990, frente as dificuldades de ordem econômico-financeiro dos bancos estaduais, o relatório do Banco Mundial recomendou a privatização dessas instituições. A grande preocupação que embasou uma recomendação dessa natureza relaciona-se com a possibilidade que os bancos estaduais têm de gerar e transmitir déficits à União. À medida que absorve os títulos do seu respectivo governo local, capta recursos no mercado a taxas desvantajosas ou promove operações de empréstimo de retorno duvidoso, o banco oficial é levado a recorrer ao Banco Central, seja para obter recursos via o redesconto seja para empréstimos de assistência à liquidez. De qualquer modo, o Banco Central, ao entrar com o aporte de recursos requerido, tende a desviar recursos do Tesouro Nacional, problematizando o resultado das contas da União. Segundo o pensamento do Banco Mundial, essa situação não condiz com uma proposta de estabilização econômica, que encontra no controle do déficit fiscal da União o ponto nodal do problema. Para evitar um aumento no descontrole fiscal e fazer face às necessidades do banco estadual, é possível ainda recorrer à expansão da base monetária, o que, por sua vez, problematiza o curso de uma política monetária de cunho mais restritivas.

A partir da década de 90, após a experiência do RAET em muitas instituições estaduais e com o firme propósito de conter o déficit fiscal ao lado de uma política monetária menos expansionista, o Banco Central passou a monitorar mais intensamente as ações dos bancos estaduais, dificultando-lhes, um maior comprometimento com os descontroles de caixa dos seus respectivos estados controladores.

2.2 A REDUÇÃO DO PAPEL DO ESTADO NO SETOR BANCÁRIO

Nos últimos tempos, o debate acerca da necessidade da existência de bancos estaduais e da eventual conveniência de sua privatização se intensifica. Dentre os argumentos favoráveis aos bancos estaduais, coloca-se a necessidade de se corrigirem distorções de mercado e serem socializados os ganhos decorrentes das transferências inflacionárias. Menciona-se também que com a ausência de bancos estaduais, boa parte dos municípios brasileiros não seria atendida pela rede bancária. Por outro lado, os críticos desses argumentos afirmam que as diferenças entre o retorno social e o retorno privado de projetos seriam melhor equalizadas através de esquemas de incentivos e desincentivos, tais como subsídios ou impostos indiretos, que levassem à solução dos problemas pelo sistema financeiro privado (Cysne e Faria, 1997). A socialização das transferências inflacionárias pode ser conseguida taxando-se diretamente as instituições financeiras por meio de impostos sobre o lucro ou depósitos compulsórios (Werlang e Fraga Neto, 1993). Além disso, Papageorgiou (1992) sugere que nos municípios de baixa renda, onde a colocação de agências bancárias não é rentável, a captação de poupança e os pagamentos em outras praças possam ser feitos nos postos dos Correios.

O principal argumento contrário aos bancos estaduais refere-se ao tipo de relacionamento que essas instituições costumam ter com seus controladores e com o governo federal. De fato, tradicionalmente, são poucas as restrições quanto ao volume de financiamento que os governos estaduais podem obter de seus bancos. Apesar da existência de limites legais sobre os empréstimos que as instituições financeiras podem fazer para seus controladores, tal proibição não costuma ser respeitada no caso dos bancos estaduais. Assim, o abuso no endividamento termina por levar a uma situação em que os fluxos de caixa dos estados se tornem insuficientes para atender aos serviços da dívida. Com os estados ficando inadimplentes, seus bancos acabam tendo problemas de liquidez. Nesse caso, as pressões políticas dos governadores fazem com que o Banco Central seja chamado a socorrer essas instituições, oficialmente, através do redesconto ou de um empréstimo de liquidez, ou, por via indireta, injetando liquidez no mercado. Como consequência, há emissão de moeda, dificultando a condução da política monetária e a estabilização da economia.

Segundo defensores do afastamento do Estado no Sistema Financeiro Brasileiro, a justificativa seria que a privatização dos bancos estaduais é um imperativo diante dos novos paradigmas para a ação do Estado num país como o Brasil, em que o setor público sequer consegue ofertar decentemente serviços nas áreas prioritárias como saúde, educação e segurança. Ademais, a crônica carência de recursos fiscais desaconselha que os riscos da atividade de intermediação financeira sejam assumidas pelo Estado, sobretudo tendo em conta os perversos incentivos que existem para o mau uso dos bancos públicos como fonte de financiamento da irresponsabilidade fiscal.

Os que reforçam a defesa do Estado no SFN afirmam que a sua presença ajuda na política de queda de juros, controla também a fragilidade dos mercados de capitais, além da capacidade de administrar preços, os spread.

2.3 O “CHOQUE” DE 94: CRISE FISCAL DOS ESTADOS, FATORES INTERNACIONAIS E MUDANÇAS NO REGIME INFLACIONÁRIO.

Com o advento do Plano Real, observa-se uma série de mudanças no regime fiscal dos estados, além de mudanças importantes no Sistema Financeiro estadual. O processo de reestruturação das instituições bancárias estaduais é influenciado por fatores de ordem doméstica e internacional. Os fatores de ordem doméstica referem-se à mudança do regime inflacionário possibilitado pela implantação do Plano Real e a decorrente crise fiscal dos estados. Os fatores de ordem internacional relacionam-se à crescente pressão internacional na direção do saneamento dos sistemas bancários nacionais (públicos e privados). Estes fatores serão analisados como base para o estudo do caso do Banespa no capítulo seguinte.

Para entender o impacto da mudança do regime inflacionário, com o advento do Plano Real, é preciso abordar a relação entre o processo inflacionário brasileiro e o sistema bancário público, assim como a relação entre o Banco Central e as instituições financeiras, anteriormente ao Plano Real. Por definição, o BACEN deveria ter o controle da base monetária no país. No entanto, historicamente isso não vinha acontecendo, uma vez que a autoridade monetária foi estendendo o “privilegio de conversibilidade” (zeragem automática)³, ampliando os ativos financeiros mantidos pelo público e pelos governos. Ademais, através da rede de bancos oficiais federais e estaduais, a convertibilidade foi também garantida aos títulos públicos estaduais e aos títulos de emissão própria destes bancos.

3 Zeragem automática: Todas as instituições financeiras devem terminar o dia com as contas de débitos e créditos das reservas bancárias equilibradas. As instituições financeiras procuraram acertar essas posições entre elas, no mercado interbancário. Quando isso não era possível, podiam recorrer ao Banco Central, que todo dia fazia a “zeragem” ao final da tarde, vendendo e comprando dinheiro por uma taxa “punitiva” em relação ao que foi praticado durante o dia no mercado monetário, ou seja, compra dinheiro mais barato e vende mais caro. Sem a zeragem automática, as instituições financeiras teriam que recorrer ao redesconto de liquidez que, tem taxas mais punitivas (Fortuna,1999).

A maioria dos títulos nos bancos estaduais diziam respeito a dívidas de seus controladores (os estados), apesar dessa prática estar limitada desde a vigência da Lei nº 4.595/64, criadora do Sistema Financeiro Nacional. Todas as legislações no sentido de manter um controle sobre o nível de endividamento dos estados com suas instituições financeiras foram sistematizados entre a década de 70 e 80. O BACEN implanta programas de recuperação para esses bancos públicos como o PAC, PROREF E RAET.

Foi somente a partir da década de 90 que a autoridade monetária conseguiu exercer um controle efetivo sobre os agentes e instituições financeiras, a partir da reunião de três fatores: a crise fiscal dos estados; as mudanças no panorama internacional e o Plano Real.

No marco legal pós-Constituinte de 1988, os governos subnacionais obtiveram acesso a um conjunto de recursos financeiros, administrativos e políticos que representou poderoso instrumento para o Executivo dos estados tornar-se capaz de cooptar a classe política estadual, lançando mão de recursos de patronagem como fonte de poder. Esse modelo de administração pública marcado pelo acesso a mecanismo de criação de receitas inconsistente intertemporalmente e de total liberdade de expansão das despesas, no nível estadual, perdurou intacto até o momento da implantação do Plano Real.

Os estados perderam boa parte de seus instrumentos de fabricar receitas orçamentária ao serem alijados dos ganhos financeiros advindos da inflação e da capacidade de usar indiscriminadamente os recursos oriundos dos bancos estaduais. Neste contexto, o agravamento de uma crise financeira dos estados gestada historicamente foi inevitável.

Com relação ao segundo fator, nos últimos anos, a história econômica mundial vem registrando mudanças cruciais no mercado mundial de capitais, que invariavelmente extrapolam a lógica de funcionamento das economias nacionais. Com relação às economias emergentes, observa-se um aumento no fluxo de capitais atraídos pela alta rentabilidade, a despeito dos riscos implícitos e estas economias recém-abertas e desregulamentadas, em virtude das pressões exercidas, nos últimos tempos, pelos organismos financeiros internacionais. O FMI, ao liderar programas de assistência internacional, estabelece que os

países assistidos deveriam oferecer como contrapartida o compromisso de implantar reformas econômicas saneadoras, incluindo reformas no sistema financeiro e na área fiscal.

Finalmente, o efeito da queda brutal dos patamares inflacionários, após o Plano Real, refletiu-se no sistema bancário, com as perdas do chamado *floating* bancário. Pode-se notar neste período a redução da participação do Sistema Financeiro no PIB antes e alguns anos após a implantação do Plano Real, como observado na tabela 1:

TABELA 1: Participação do Sistema Financeiro no PIB

Ano	% do PIB
1990	12,78
1991	10,53
1992	12,13
1993	15,61
1994	12,37
1995	6,94
1996	4,7

Fonte: Febraban

A necessidade de ajuste das instituições financeiras, principalmente as públicas, que já era observada desde a mudança das condições financeiras internacionais, passou a ser inevitável. Esses ajustes passam por três fases: 1) diminuição do número de bancos, em decorrência da liquidação, incorporação, fusão e transferência de controle acionário; 2) entrada de bancos estrangeiros no mercado nacional e início dos ajustes do sistema financeiro público e 3) profunda modificação no modelo operacional dos bancos. Essas fases estão acontecendo simultaneamente, desde o segundo semestre de 1994, com o Plano Real.

2.4 MUDANÇAS NA RELAÇÃO BANCO CENTRAL E BANCO ESTADUAIS PÓS 1994

No que tange aos bancos estaduais, as mudanças começaram no final do ano de 1994. Em 30 de dezembro o Banespa e o Banerj, dois dos maiores bancos estaduais do país, sofreram intervenção a seguir, foi a vez do Banco do Estado de Alagoas, o Banco do Estado de Mato Grosso e o Banco do Estado de Rondônia. A situação de insolvência desses bancos já era conhecida pela equipe econômica do Governo Federal, uma vez que não dava para continuar fazendo uma política econômica de estabilização para organizar esse sistema e torná-lo mais eficiente sem que fossem tomadas medidas sistematizadas no PROER, o saneamento/capitalização dos bancos federais e o PROES.

O PROER (Programa de Estímulo à Reestruturação e ao fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional), criado em novembro de 1995, através da Resolução 2.208, teve como objetivo assegurar a liquidez e a solvência do sistema. O PROER contempla a criação de uma linha especial de assistência financeira destinada a financiar reorganizações administrativas, operacionais e societárias de instituições financeiras que resultem na transferência de controle ou na modificação de objetivos para finalidades privativas de instituições financeiras.

Em agosto de 1996 entrou em vigência a Medida Provisória nº 1.514, que veio a criar o PROES - Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária. Por esse novo programa, a União concordava em refinar as dívidas dos estados com seus respectivos bancos em troca de algumas medidas. Havia duas opções: o financiamento do total dos débitos levava necessariamente à privatização, extinção ou transformação em agência de fomento; e o financiamento de 50% dos débitos mantinha o banco nas mãos dos controladores (estados), mas requeria como contrapartida o enxugamento dos mesmos, além de critérios de administração e concessão de créditos mais transparentes.

2.4.1 Modalidades da Atuação Saneadora do Banco Central - Tipos de Regimes Especiais

Constatada a iminência ou inevitabilidade de insolvência de algumas instituições financeiras, a escolha do momento adequado para a decretação do regime de intervenção, de liquidação extrajudicial ou de administração especial temporária pelo Banco Central dependerá, sempre, de circunstâncias particulares de cada caso. O momento preciso para a decretação do regime especial será, pois, sempre passível também de avaliação subjetiva. No Banco Central deve-se procurar a condição mais propícia e a eventual solução negociada, tentando ser menos onerosa à autoridade monetária e menos prejudicial aos depositantes e investidores.

São três as modalidades de regimes especiais que podem ser impostos às instituições financeiras: intervenção, liquidação extrajudicial e administração especial temporária.

Com a intervenção, o Banco Central nomeia o interventor, que assume a gestão direta da instituição, suspendendo as atividades normais e destituindo os respectivos dirigentes. A intervenção é uma medida administrativa de caráter cautelar, que objetiva evitar o agravamento das irregularidades cometidas ou da situação de risco patrimonial capaz de prejudicar os seus credores. Tem duração limitada no tempo e poderá ser seguida da retomada das atividades normais da instituição, da decretação da sua liquidação extrajudicial ou da sua falência.

O regime de Administração Especial Temporária (RAET) é uma espécie de intervenção que não interrompe e nem suspende as atividades normais da empresa, sendo seu principal efeito a perda do mandato dos dirigentes da instituição e sua substituição por um conselho diretor nomeado pelo Banco Central, com amplos poderes de gestão. Também tem duração limitada no tempo e objetiva principalmente a adoção de medidas visando a retomada das atividades normais da instituição. Quando isso não é possível, pode vir a ser transformada em intervenção ou liquidação extrajudicial.

A liquidação extrajudicial é a medida mais grave e definitiva. Destina-se a promover a extinção da empresa quando ocorrem indícios de insolvência irrecuperável ou quando cometidas infrações às normas que regulam a atividade da instituição. Objetiva promover a venda dos ativos existentes para pagamento dos credores, com devolução de eventual sobra aos controladores ou sua responsabilização pelo passivo a descoberto.

2.5 SANEAMENTO DO SISTEMA FINANCEIRO PÚBLICO ESTADUAL E FEDERAL E RESTRUTURAÇÃO ATUAL

A reestruturação do sistema financeiro estadual, como foi visto, tem sido realizada através do PROES, programa inédito no tocante à adesão dos estados. Segundo o quadro 1, na data do surgimento do PROES, em agosto de 1996, o sistema público estadual era composto por 35 instituições, sendo 23 bancos comerciais e/ou múltiplos. Os estados de Mato Grosso do Sul e Tocantins, não possuem instituições financeiras.

QUADRO 1: Composição do Sistema Público Estadual

Instituições	1996	1998
Bancos Comerciais/Múltiplos	23	19
Caixas Econômicas	1	1
Bancos de Desenvolvimento	4	4
Bancos Comerciais e ou Múltiplos em Raet	3	1
Bancos Comerciais e ou Múltiplos em Líq. Extrajudicial	1	5
Caixas Econômicas em Liq Extrajudicial	2	1
Bancos em Desenvolvimento em Liq. Extrajudicial	1	0
Total	35	31

Fonte: Boletim Macroeconômico, da SPE (maio de 1998), e Banco Central do Brasil

No início, somente seis instituições optaram pelo saneamento - as do Pará, Sergipe, Espírito Santo, Santa Catarina (Besc), Rio Grande do Sul e São Paulo (Nossa Caixa-Nosso Banco).

Dentre as 26 instituições que optaram por deixar de ser bancos estaduais, dez se enquadraram na opção de ser privatizadas - as do Ceará, Bahia, Goiás, Maranhão, Minas Gerais (Credireal e Bemge), Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo (Banespa) - e cinco na opção de ser extintas (liquidação extrajudicial) - Rio Grande do Norte, Alagoas, Amapá, Mato Grosso e Minas Gerais (Minas Caixa). Em relação às 11 instituições restantes, prevaleceu a decisão de serem transformadas em agências de fomento - as do Amazonas, Rio Grande do Sul, Santa Catarina (Badesc), Bahia (Desenbanco), Minas Gerais (BDMG), Pernambuco, Roraima, Amapá, Rondônia, Acre e Alagoas. Ao final de 1998, quatro privatizações já tinham sido realizadas. Em junho de 1997, o Banerj, do Rio de Janeiro, havia sido dividido em duas partes

- Uma foi adquirida pelo Banco Itaú e a outra sofreu liquidação extrajudicial. Neste mesmo ano, o Credreal foi comprado pelo BCN, que acabou sendo vendido para o Bradesco em outubro de 1997. Em 1998, ocorre outras duas vendas de bancos estaduais: Em setembro, o Itaú compra o Bemge e, em novembro, o Bandepe é adquirido pelo holandês ABN Amro.

Segundo o Bozano Simonsen (1998), aproximadamente US\$ 48 bilhões em títulos federais foram emitidos para sanear os bancos estaduais. Desse total, US\$ 26 bilhões foram destinados ao equacionamento da dívida do estado de São Paulo com o Banespa, que foi federalizado em dezembro de 1997. Do restante, US\$ 8 bilhões foram para a Nossa Caixa, US\$ 4 bilhões para o Banestado, US\$ 1,5 bilhões para o Bemge, US\$ 3 bilhões para o Banerj e US\$ 3 bilhões para o Banrisul. No quadro 2 verifica-se a situação dos bancos públicos estaduais em 2000:

QUADRO 2: Situação dos Bancos Públicos Estaduais em Outubro/2000

Privatizados	6	Banerj/RJ, Credreal e Bemge/MG, Bandepe/PE, Baneb/BA e Banestado/PR
Federalização/Privatização	7	SP(Banespa),RO,CE,MA,GO,AM,SC(Besc)
Saneamento	6	RS, SE,SP(Nossa Caixa - Nosso Banco),PA,ES,MG
Liquidação Extrajudicial	3	AL,AP,RN
Não optantes	4	ES,PI,PB,DF
Extinção	7	SC,MG,MT,AC,RR,RS

Fonte: Banco Central do Brasil

Nos capítulo seguinte será analisado o caso do Banespa - maior banco estadual privatizado em novembro de 2000, bem como as mudanças ocorridas após a sua compra e as novas posições dos bancos no ranking do setor.

3 BANESPA - UM ESTUDO DE CASO RELEVANTE

3.1 POR QUE O BANESPA?

Nos últimos anos, os problemas dos bancos estaduais repetiram-se, atingindo indiscriminadamente instituições grandes e pequenas, de estados ricos e pobres. A privatização do Banespa dá-se pelas mesmas razões que se aplicam a todo o conjunto de bancos estaduais.

Por se tratar do maior banco estadual do país, e por envolver uma série de negociações políticas com o setor bancário estadual, o caso do Banespa é de extrema relevância para ser estudado, pois o seu processo de privatização bancária impulsionou o processo das demais instituições em todo o país.

O Banespa foi uma das alavancas do crescimento industrial de São Paulo, talvez por isso mesmo, ele foi manipulado como fonte de recursos para manobras políticas. Sua privatização encerra uma história de 90 anos de uso político da instituição, prejuízos bilionários e uma ligação intrínseca entre o banco e os principais projetos do Estado. A intervenção do Banco Central no Banespa, em 1994, tornou público um rombo bilionário, prejudicou as relações de São Paulo com a União e marcou o início de uma crise também de bancos privados.

Com 578 agências, 22 mil funcionários e uma carteira de 3,1 milhões de clientes concentrada em São Paulo, o banco estatal dominava uma grande fatia do movimento financeiro no Estado mais rico da Federação, onde o volume de riqueza acumulada é superior à economia da maioria dos países latinos. Por esta razão o Banespa tornou-se troféu cobiçado na guerra bancária pela estratégica presença no mercado brasileiro.

3.2 CONSTITUIÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO BANESPA

O Banco do Estado de São Paulo S/A - Banespa, com sede na Praça Antônio Prado, 6 - São Paulo, foi uma sociedade de economia mista, submetida à Lei nº 6.404 (Lei das S/A). Sua fundação ocorreu em 14 de junho de 1909, com capital francês e denominação de Banco de Crédito Hipotecário e Agrícola do Estado de São Paulo, tendo como objetivo amparar a atividade agrícola no Estado.

Em 4 de novembro de 1926, a Fazenda do Estado de São Paulo e o Instituto do Café do Estado de São Paulo detinham 76.010 ações do capital do Banco, de um total de 100.000 ações nominativas, conforme o Estatuto Social aprovado em 27 de janeiro de 1925 e nos termos do Decreto Estadual nº 3.806, de 27 de fevereiro de 1925.

Com o aumento do capital social do Banco em 4 de novembro de 1926, a Fazenda do Estado de São Paulo subscreveu 116.526 ações e o Instituto do Café 31.087 ações, passando, cada um, a deter 172.351 e 51.812 ações, respectivamente, de um total de 250.000 ações. Dessa forma, a participação acionária do Estado de São Paulo no Banco passou a representar 89% do capital do Banco.

Conforme Decreto Estadual nº 4.287, de 5 de setembro de 1927, publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 27 de outubro de 1927, e Decreto Federal nº 17.981, de 12 de novembro de 1927, e nos termos da Assembléia Geral Extraordinária realizada em 22 de setembro de 1927, a denominação social do Banco foi alterada para “Banco do Estado de São Paulo S/A”.

A internacionalização aconteceu a partir de 1969, em face da abertura de dependência em Nova York.

O Banco passou a Conglomerado Financeiro em 1973, visto que o Banco do Estado de São Paulo S/A absorveu uma empresa de crédito, financiamento e investimento e uma Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários. Em dezembro de 1986 ampliou também a rede

de dependências e assumiu o controle acionário do BADESP - Banco de Desenvolvimento do Estado de São Paulo S/A, perfazendo igualmente as funções de Banco de Desenvolvimento.

A configuração de Banco Múltiplo ocorre devido à centralização e verticalização das áreas-meio e maior especialização nas operacionais, ao final de 1989. Na oportunidade, foi extinta a BANESPA S/A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários e a BANESPA S/A Crédito, Financiamento e Investimento, transformada em empresa de “leasing” com a denominação da BANESPA S/A Arrendamento Mercantil.

Em 1992, surge o Banque BANESPA Internacional S/A, subsidiária instalada em Luxemburgo, com controle acionário integral do Banco. Esta extensão objetivava a expansão da rede internacional e as operações de comércio exterior das empresas nacionais.

A BANESPA S/A Administradora de cartões de Crédito e Serviços - BANESPA CARTÕES administra o Cartão de Crédito BANESPA/VISA, lançado em setembro de 1994, com operações típicas de cartão de crédito propriamente dito.

Ao final de 1994, o problema de liquidez transparece fazendo com que o Banco Central interviesse.

3.2.1 Cronologia da Ascensão, Crise e o Processo de Privatização:

Para entender o processo de privatização ocorrido com o Banespa, faz-se necessário um breve resumo cronológico dos principais fatos ocorridos até a data do leilão:

- 30 de dezembro de 1994 - O banco entra em Regime de Administração Especial Temporária (Raet)
- Dezembro de 1995 - Banco Central decide prorrogar a Raet por dificuldades para fechar um acordo com o estado de São Paulo.
- Janeiro de 1996 - Estado e União começam a negociar o acordo para pagamento da dívida

do Estado com o Banespa.

- 17 de dezembro de 1996 - Senado aprova um protocolo de intervenção para a negociação de R\$ 36 bilhões em dívidas do Estado com a União. No final do mês, a Raet é novamente prorrogada.
- 24 de dezembro de 1997 - O Banespa passa para o controle da União e o governo anuncia privatização para 1998
- 1999/1998 - leilão de venda do controle acionário são sucessivamente adiadas por ações na Justiça
- Setembro de 1999 - Receita Federal aplica multa de R\$ 2,8 bilhões ao Banespa
- 22 de dezembro de 1999 - CMN autoriza participação de capital estrangeiro no Banespa
- 10 de janeiro de 2000 - Sai publicado o primeiro edital de pré-qualificação para a venda do banco
- 3 de outubro de 2000 - Depois de sucessivos adiamentos, sai o edital definitivo, marcando o leilão para o dia 20/11/2000.

3.3 O PROCESSO DE FEDERALIZAÇÃO

Em 27 de novembro de 1996, foi firmado o “Protocolo de Acordo” entre a União e o Estado de São Paulo objetivando a reestruturação do Sistema Financeiro do Estado, com base na Medida Provisória nº 1.514-3, ficando ajustado que o Governo Federal adquiriria a dívida do Estado e de entidades por ele controladas a Nossa Caixa e o Banespa existente em 31 de março de 1996, sendo que o Estado transferiria 51% das ações ordinárias do Banespa à União.

Em 27 de dezembro de 1996, através da Lei Estadual nº 9.466, o Estado foi autorizado a transferir 51% das ações ordinárias do Banespa para a União.

Em 22 de maio de 1997, foi celebrado entre a União e o Banespa, com interveniência do Governo Estadual, o “Contrato de Assunção da dívida Contratual do Estado de São Paulo”, amparado pelo Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados.

Nesta data, também foi assinado o “Contrato de Confissão, Promessa e Assunção, Consolidação e Refinanciamento de Dívidas” entre a União e o Estado, contando com a interveniência do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), do Banespa e do Banco do Brasil S/A. Esse contrato define a transferência para a União de 9.547.200.000 ações ordinárias nominativas do Banespa, de propriedade do Estado, correspondendo a 51% do seu capital volante. O Contrato de Promessa de Venda e Compra de Ações do Capital Social do Banespa, entre o Estado e a União, completa o conjunto de instrumentos firmados em 22 de maio de 1997.

A partir dessas negociações, o Conselho Monetário Nacional autorizou o Conselho Diretor do Banespa a não inscrever, em Créditos de Liquidação Duvidosa, os valores relativos à consolidação da Dívida do Estado e suas empresas, efetuada em 15.06.1992, dispensando-a da constituição das respectivas provisões desde dezembro de 1994.

A federalização aconteceu no final de 1997, em face do disposto na Lei Estadual nº 9.466, de 27/12/96 e na Lei nº 9.249, de 11/09/97. Com a cessão dos créditos públicos ao Governo

Federal, o Banespa recebeu em troca títulos públicos federais (LFT-A⁴ e LFT-B⁵), além de R\$ 2,9 bilhões em ativos securitizados relativos ao passivo previdenciário do banco, que rendem IGP-DI mais 12% ao ano. O Banespa efetuou compra definitiva de R\$ 8,0 bilhões em LFT-A, dando início ao processo de resgate da liquidez.

Em 30 de novembro de 1999, foi assinado aditivo do Contrato de Compra e Venda de Ações do Banco do Estado de São Paulo S.A. - BANESPA, entre o Estado de São Paulo e a União, pelo qual a União além de liquidar o pagamento dos 51% de ações ordinárias nominativas representativas do capital social do Banespa, também adquiriu mais 15,67% de ações ordinárias nominativas representativas do capital social do Banespa. A aquisição deste bloco complementar de ações (15,67% de ações ordinárias nominativas representativas do capital social do Banespa) está condicionada ao não exercício do Direito de Preferência para a sua aquisição por parte dos empregados e acionistas minoritários do Banespa, bem como os pequenos e médios produtores rurais e urbanos domiciliados no Estado de São Paulo, tudo em obediência ao disposto no artigo 9º, § 2º, da Lei Estadual nº 9.343. de fevereiro de 1996.

4 Letras Financeiras do Tesouro - Série A (LFT-A), no valor de R\$ 20.022,4 milhões, emitidos em 23/12/1997, vencíveis em 23/12/2012, na modalidade nominativa e negociável, com rendimento definido pela taxa média ajustada dos financiamentos diários apurados no SELIC, sendo o resgate do principal e juros em 180 parcelas mensais.

5 Letras Financeiras do Tesouro - Série B (LFT-B), em 96 lotes no valor de R\$ 6.657,6 milhões, emitidos em 23/12/97, na modalidade nominativa e negociável, com vencimentos mensais a partir de 01/02/98.

3.4 COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO BANESPA

O capital social do Banco do Estado de São Paulo S.A. - Banespa é de R\$ 2.409.319.018,00 (dois bilhões, quatrocentos e nove milhões, trezentos e dezenove mil e dezoito reais), dividido em 18.720.000.000 (dezoito bilhões setecentos e vinte milhões) de ações ordinárias nominativas escriturais e 18.720.000.000 (dezoito bilhões, setecentos e vinte milhões) de ações preferenciais⁶ nominativas escriturais, sem valor nominal, assim distribuídas:

QUADRO 3: Demonstrativo Dos Acionistas - Banespa

30/03/99 - Em bilhões de ações

Acionistas	Qde de ações Ordinária	%	Qde de ações Preferenciais	%	Total %
União	9.547	51,00	0	0,00	25,50
Faz. do Est. SP	2.933	15,67	0	0,00	7,83
Cabesp	2.902	15,50	0	0,00	7,75
Func Banespa	262	1,40	629	3,36	2,38
Isnt. Prev Priv	0	0,00	455	2,43	1,22
Anamb	171	0,91	0	0,00	0,46
Banesprev	728	3,89	26	0,14	2,01
Demais acionistas	2.177	11,63	17.610	94,07	52,85
Total	18.720	100,00	18720	100,00	100,00

Fonte: Banco Central

6 As ações preferenciais não têm direito a voto e não podem ser convertidas em ações ordinárias. As ações preferenciais gozam das seguintes vantagens:

- a) dividendos 10% (dez por cento) maiores do que as ações ordinárias;
- b) prioridade na distribuição de dividendos;
- c) participações, em igualdade de condições, com as ações ordinárias, dos aumentos de capital decorrentes da capitalização de reservas e lucros e também decorrentes de correção monetária do capital, quando existentes.

3.5 CENÁRIO DO PROCESSO QUE ANTECEDEU AO LEILÃO

Movidos pela defesa do interesse nacional, alguns grupos com ideais neoliberais uniram-se contra a privatização do Banespa, reivindicando a desistência da participação dos bancos estrangeiros no leilão do Banco Estadual de São Paulo. O Banespa foi avaliado em 5,8 bilhões de reais. O preço mínimo para a transferência das ações ao futuro controlador privado foi estipulado em 1,8 bilhões de reais. Desde que esse valor se tornou público, os adversários da privatização entraram com ações na Justiça alegando que o banco vale muito mais e o governo o estaria entregando a preços inferiores.

Por muitos anos, manipulado pelas lideranças do governo de São Paulo, o Banespa deixou um prejuízo de 11,4 bilhões de reais, dinheiro pago por todos os brasileiros, seja na forma de cortes nos orçamentos sociais, seja com o aumento de impostos. Mesmo saneado, o banco oferece um risco ao comprador. O primeiro problema a ser enfrentado é o dos funcionários que são ao todo 21 mil, podendo o banco sobreviver muito bem com apenas 9 mil. Com as demissões que serão feitas, as ações na Justiça do Trabalho prometem ser prolongadas e custosas. Para piorar a situação, o Banespa conta com quatro tipos de planos de aposentadoria, o que dificulta o cálculo do que deverá ser desembolsado no futuro com benefícios. Somente os fundos de pensão dos funcionários podem custar 2,5 bilhões de reais.

A seguir, o quadro 4 mostra as Batalhas Judiciais contra a Privatização do Banespa:

QUADRO 4: Ações Pendentes Na Justiça

Autores	Teses defendidas
Eduardo Matarazzo Suplicy (senador)	Anulação da transferência do controle acionário do Banespa à União pelo governo paulista por causa de irregularidades nos contratos
Orestes Quércia (ex-governador)	Idem
Sindicato dos Bancários e Afubesp*	Idem
Afubesp	Questiona fechamento de agências do Banespa
Sindicato dos Bancários	Questiona a provisão da multa da Receita Federal no balanço de 1999
Sindicato dos Bancários	Anulação da concorrência que classificou o Banco Fator para avaliar o Banco
Sindicato dos Bancários	Questiona o edital de pré-qualificação para o leilão
Antônio Nogueira Nascimento (funcionário)	Anulação da transferência do controle acionário e devolução das ações ao estado de São Paulo
Eduardo Matarazzo Suplicy	Questiona termo aditivo ao contrato de compra e venda na federalização do Banespa em 23/12/1997
Ministério Público Federal	Ação de improbidade contra Gustavo Franco(ex-presidente do Banco Central), Banco Fator, Banco Central, Banespa, Estado de São Paulo e União
Afubesp	Questiona a transferência da titularidade das operações de seguro de vida da Cabesp para o banco
Sindicato dos Bancários	Anulação do edital de venda do Banespa

* Associação dos Funcionários do Banespa

Fonte: Gazeta Mercantil dia 13/11/2000

3.5.1 Os Bancos pré-qualificados

Inicialmente, os bancos pré-qualificados para a disputa foram: Bradesco, Itaú, Unibanco, Safra, HSBC, CitiBank, Bank Boston, Santander, e BBVA. Logo as desistências foram surgindo como o Bank de Boston, o BBVA, o CitiBank e o HSBC. Para esses bancos os retornos financeiros com a incorporação do banco paulista não se mostravam compatíveis com os padrões das operações internacionais das matrizes.

Logo, o Banco Safra, que não tinha tradição de atendimento em varejo, desiste também. A provável parceria com um outro banco (CitiBank ou Unibanco) não se concretizou.

Às vésperas do leilão, o Banco Central compensou com vantagens adicionais os bancos participantes, com a possibilidade de diluir gastos com um programa de demissão voluntária em 3 anos e facilidades contábeis para amortização do ágio sobre o patrimônio do banco em até 5 anos, ao invés de 3 anos permitidos, isso com a finalidade de elevar o preço no leilão.

O maior leilão de privatização da história do setor bancário do país, marcado para dia 20/11/2000, conta com a participação de quatro bancos, três nacionais (Bradesco, Itaú, Unibanco) e um estrangeiro, o espanhol Santander. A venda do Banespa, símbolo do estado de São Paulo e oitavo maior banco brasileiro, com R\$ 29.3 bilhões em ativos, não só muda o ranking das maiores instituições do país, como também determinará a escala das fusões e aquisições do setor nos próximos anos. As posições dos bancos que disputam e o alvo seguem nos quadros 5 e 6 abaixo destacadas.

QUADRO 5: Alvo da disputa

BANESPA	
Ativos	R\$ 29,342 bilhões
Depósitos	R\$ 11,107 bilhões
Fundos administrados	R\$ 7,6 bilhões
Contas Correntes	3,105 milhões (2,985 milhões de PF, 55,6% das quais do setor privado e 75% das quais com renda até R\$ 1.350 e 147 mil de pessoas jurídicas)
Rede	1.322 pontos (573 agências e 743 postos)
Localização	324 na Grande São Paulo, 922 no interior e 76 em outros estados
Funcionários	21.751

QUADRO 6: Posição Dos Candidatos

Instituição	Bradesco	Itaú	Unibanco	Santander
Ativos	R\$ 92,542 bilhões	R\$ 63,839 bilhões	R\$ 46,980 bilhões	R\$ 27,5 bilhões
Depósitos	R\$ 25,913 bilhões	R\$ 20,815 bilhões	R\$ 11,858 bilhões	R\$ 6,3 bilhões
Fundos Administrados	R\$ 51,230 bilhões	R\$ 36,536 bilhões	R\$ 19,077 bilhões	R\$ 5,5 bilhões
Clientes	10 milhões	7,5 milhões	4,4 milhões	1,1 milhão
Rede	3.673 pontos	3.015 pontos	1.587 pontos	355 pontos
Funcionários	ND	38.571	25.284	5,78 mil

Fonte: Gazeta Mercantil / balanços de setembro de 2000

Em termos de escala, a privatização é inédita: o Bradesco consolida sua posição e chega perto da Caixa Econômica Federal, com ativos de R\$ 121,8 bilhões. Se o Itaú arrematar o Banespa, tomará do rival uma diferença de quarenta anos, ultrapassando-o em total de ativos e atingindo R\$ 93.2 bilhões. O Unibanco tem a chance de superar o Itaú; o Santander tem a oportunidade de atingir o terceiro lugar.

3.6 A DEFINIÇÃO DO PREÇO MÍNIMO

A Booz-Allen e o Fator foram as duas empresas contratadas para avaliar o Banespa. A primeira foi contratada pelo Estado de São Paulo, e a segunda, pela União.

3.6.1 Estudos de avaliação do Banespa e critério da fixação do preço

A avaliação econômico-financeiras realizada pelos consultores teve como critério o método do fluxo de caixa descontado (Método DCF), em conformidade com o parágrafo 3º do Decreto nº 2.594, de 15.05.98. As projeções utilizadas não devem ser tomadas como garantia de resultados do Sistema Banespa.

O Método do Fluxo de Caixa Descontado consiste na projeção das operações dentro de um horizonte determinado e o cálculo da respectiva geração de caixa trazida a valor presente pela aplicação de uma taxa de desconto apropriada.

As avaliações foram realizadas com base em um horizonte de projeção de 10 anos. A data-base foi fixada em 31.12.99 e o ano 1 das projeções é o ano de 2000. Como ponto de partida, foi utilizado o balanço analisado pelos auditores externos, ajustado pelos auditores independentes do Fator.

Essa abordagem (FCD) tem sua fundamentação na regra de “valor presente”, onde o valor de qualquer ativo é o valor presente dos fluxos de caixa futuros dele esperados.

$$\text{Valor} = \sum_{t=1}^{t=n} \frac{\text{CF}_t}{(1+r)^t}$$

Onde n = vida útil do ativo

C_{ft} = fluxo de caixa no período t

r = taxa de desconto refletindo o risco inerente aos fluxos de caixa estimados

Os fluxos de caixa irão variar de ativo para ativo - dividendos de ações, cupons (juros), e valor nominal de bônus e fluxo de caixa pós-impostos para um projeto real. A taxa de desconto será uma função do grau de risco inerente aos fluxos de caixa estimados, com taxas maiores para ativos mais arriscados e taxas mais baixas para projetos mais seguros.

Além do critério do Fluxo de Caixa Descontado, duas outras metodologias de avaliação foram utilizadas: a de Transações Comparáveis (Avaliação Relativa) e a de Múltiplos de Mercado (Avaliação por Direitos Contingentes).

A análise por transações comparáveis consiste na determinação do valor (ou faixa de valores) de um negócio, através da utilização de indicadores típicos do seu setor de atuação, extraídos de transações semelhantes, realizadas no âmbito internacional, envolvendo fusão ou aquisição de instituições financeiras. Os valores resultantes dessa análise são também comparados ao valor obtido pelo Método de Fluxo de Caixa Descontado e reflete a visão de investidores estratégicos, tenta estimar o preço de acordo com interesses do comprador como aumento da fatia do mercado, posição no ranking do seu setor.

Na avaliação relativa, o valor de um ativo deriva da precificação de ativos “comparáveis”, padronizados pelo uso de uma variável comum, como lucros, fluxos de caixa, valores contábeis ou receitas. Um exemplo desta abordagem é a utilização de um índice preço/lucros setorial médio, para avaliar uma empresa, pressupondo-se que as outras empresas do setor são comparáveis à empresa objeto da avaliação e que o mercado, em média, precifica essas empresas de modo correto. Outro indicador de largo uso é o índice preço/valor contábil, com empresas sendo vendidas com um desconto sobre o valor sobre o valor contábil relativo as empresas comparáveis consideradas subavaliadas. O índice preço/vendas também é usado para avaliar empresas, com índices preço/vendas médios de empresas de características semelhantes sendo utilizados para fins de comparação. Embora estes três indicadores estejam

entre os mais comumente utilizados, há outros índices que também desempenham um papel na análise - preço/fluxos de caixa, preços/dividendos e valor de mercado/valor de reposição dentre outros.

No caso do método dos múltiplos de mercado, consiste na determinação do valor (ou faixa de valores) de um negócio, através da utilização de indicadores típicos (os “múltiplos de mercado”) do seu setor de atuação, comparáveis aos de outras instituições com ações cotadas em bolsas de valores, para efeito de comparação com aqueles resultantes da avaliação pelo Método de Fluxo de Caixa Descontado. A análise é realizada mais do ponto de vista dos investidores financeiros. O principal aspecto desta técnica é o retorno que pode ser obtido.

Devido às diferenças no critério de definição das premissas básicas, utilizado pelos consultores, os valores apurados foram os seguintes:

QUADRO 7: Valor Econômico Mínimo Do Banespa

FATOR	R\$ 5.843.000.000
BOOZ ALLEN	R\$ 5.674.000.000

Fonte: Gazeta Mercantil

Após procedida a análise das avaliações realizadas pelos consultores, o CMN, por proposta do Banco Central fixa o Valor Econômico mínimo do Banespa em R\$ 5.843.000.000,00 para 100% das ações representativas de seu Capital Social, e R\$ 1.947.666.666,67 para o bloco de ações pertencentes à União.

Considerando, a oferta dos empregados de 10% da parcela de Capital Votante de propriedade da alienante pelo valor de R\$ 97.383.333,33, o Preço Mínimo do objeto do leilão foi estabelecido em R\$ 1.850.283.333,34.

Várias liminares foram apresentadas ao Supremo Tribunal Federal, contestando o valor mínimo estipulado para venda do banco. No entanto, essas liminares não impediram a venda da instituição bancária na data prevista, dia 20/11/2000. O presidente da Associação dos

Funcionários do Banespa junto com economistas da Unicamp e Dieese apontavam falha no cálculo do preço mínimo, onde afirmaram que o preço estabelecido para o Banespa é a metade do que ele realmente vale.

Mas, quanto vale afinal o Banespa? Esgotadas as complexidades técnicas e políticas, a resposta torna-se simples: vale quanto o mercado estiver disposto a pagar. Os estrangeiros desistiram da disputa por essa razão - o preço era alto demais, ficando somente o Santander na batalha.

E o preço não será nem o R\$ 1,85 bilhões fixados como mínimo pelo governo nem os R\$ 3,8 bilhões considerados justos pelo Ministério Público (MP). Trata-se de uma discussão jurídica inútil. Na verdade, Bradesco, Itaú, Unibanco e Santander farão o preço que julgarem adequados. Os fatores em jogo foram pesados e, alguns, são intangíveis como: posição e consolidação no ranking, valor de marca, prestígio e vantagens futuras.

As facilidades contábeis - permissão para que o impacto do ágio sobre o patrimônio líquido seja sentido apenas a partir de 2005, diluição de despesas com modernização e uso de crédito tributário para compensação de prejuízos, foram medidas introduzidas pelo Banco Central para elevar o ágio.

Assim a indagação de quanto vale o Banespa deve ser desmembrada em quatro, cada uma bem específica: 1) Quanto vale para o Bradesco, atual número um, disparar na liderança do ranking privado, a ponto de ameaçar a posição da gigantesca Caixa Econômica Federal? 2) Quanto vale para o Itaú realizar o sonho de subjugar o Bradesco e tornar-se o maior banco privado do país? 3) Quanto vale para o Unibanco transpor, num salto só, seu eterno e mais alto obstáculo, o Itaú? 4) E por último, quanto vale para o Santander ocupar o lugar do Unibanco e ser o terceiro banco no ranking?

3.7 ANÁLISE SOBRE O LEILÃO⁷ DO BANESPA

No dia 20 de novembro de 2000 foi realizado o tão esperado leilão de privatização, que durou apenas alguns minutos. Os concorrentes que disputavam apresentaram um envelope cada um com o valor que cada instituição financeira achou válido para o pagamento do Banespa.

Ao contrário de todas as expectativas, nem o Bradesco, nem o Unibanco e muito menos o Itaú levou o Banespa. O banco Espanhol Santanter pagou o maior valor, em reais, já pago em uma privatização no Brasil, adquirindo o controle acionário do Banespa - cerca de 60% do capital votante do banco - por R\$ 7,050 bilhões. O ágio pago foi de 281,02% sobre o preço mínimo de R\$ 1,85 bilhões fixado pelo BC (Banco Central) para a parcela leiloadada.

O Unibanco ofereceu R\$ 2,1 bilhões, com ágio de 13,50%, e o Bradesco, R\$ 1,86 bilhão, com ágio de apenas 0,53%. O Itaú, outro favorito, nem sequer ofereceu proposta.

Com a compra do Banespa, o banco espanhol passa de quarto a terceiro maior banco privado do país, com 56,2 bilhões em ativos, tomando o lugar do Unibanco. Os primeiros privados seguem sendo Bradesco e Itaú, nessa ordem.

⁷ Leilão - é o ato público especial de alienação do objeto do leilão, a ser realizado na forma e modalidade

4 PERSPECTIVAS DO SANTANDER NO MERCADO BRASILEIRO PÓS PRIVATIZAÇÃO DO BANESPA

4.1 UMA BREVE ANÁLISE SOBRE O INTERESSE DO SANTANDER NA AMÉRICA LATINA E NO BRASIL

“A aposta ousada do Santander foi apenas mais uma da série de manobras agressivas dos espanhóis em direção à reconquista econômica da América Latina. Há mais de 500 anos, quando chegaram ao Brasil os espanhóis se encantaram com as belezas naturais e minerais da região. Suas caravelas levaram o que foi possível carregar. Agora, os conquistadores estão sendo seduzidos por companhias energéticas, empresas de telecomunicações, bancos e uma infinidade de negócios em uma região do mundo que eles enxergam como a de maior potencial de crescimento. Mas, diferentemente da época colonial, eles agora têm que fixar residência, recuperar o espaço perdido e enriquecer com a América. Pois, fica difícil carregar de volta para a Espanha a riqueza física produzida nos países latino-americanos. Muitos dos novos investimentos estão concentrados na área de infra-estrutura. São empresas de telefonia, hidrelétricas, companhias aéreas, empresas que demandam grande aporte de capital e demoram para dar certo”. (Batista, Veja 29/1/2001)

No que diz respeito à estratégia dos bancos, o Santander está fazendo uma aposta coerente com os rumos do mercado mundial. Em quase toda parte, as instituições financeiras vêm dando maior ênfase a suas operações de varejo, que são as mais lucrativas. Nessa modalidade, ganham especialmente com as taxas que cobram pelos serviços prestados. Para lucrar no varejo, entretanto, precisa-se de um número grande e crescente de clientes. A estratégia é ganhar pouco de muitos.

Por esta razão, os países considerados estratégicos para os grandes bancos são justamente aqueles superpopulosos, cujas massas ainda não têm cidadania financeira.

Segundo Cristiana Baptista e Denise Ramiro, revista Veja:

“Nos Estados Unidos, Europa e Japão, onde quase todo mundo têm talão de cheques, um banco só ganha um cliente novo se capturá-lo do concorrente, o que custa caro. Pelo cálculo do BBVA, para conquistar cada 1% de mercado na Europa o custo é de 1,6 bilhões de dólares. No Brasil, isso fica em torno de 650 milhões de dólares. Cada um dos 3 milhões de clientes do Banespa custou ao Santander 1.233 dólares. Por esse critério, o Banespa não foi o banco estatal mais caro já comprado no Brasil. O Itaú desembolsou 1.577 dólares por cliente quando arrematou o Banestado e pagou apenas 139 dólares por cliente quando comprou o Banerj.”

Assim quando chegou ao país, em 1997, o Santander tinha como objetivo ser o terceiro maior banco privado do Brasil em 2003. A grande oportunidade, no entanto, surgiu antes com a compra do Bozano Simonsen, o Meridional e por último o Banespa. Agora, a obsessão para chegar ao primeiro lugar do ranking nacional é muito grande, como afirma o presidente do Santander no Brasil, Gabriel Jaramillo:

“O banco vale 7 bilhões de reais porque significa a liderança em São Paulo, que é fundamental em nosso projeto de ser os primeiros no mercado brasileiro. O Banespa é a pedra angular de nossa estratégia na América Latina, onde já somos os maiores. Estamos no topo do ranking na Argentina e no Chile. Faltava São Paulo. O Brasil virá em seguida.” Veja 29/11/2000.

4.2 O BANESPA PÓS-PRIVATIZAÇÃO

De início o Banespa perdeu grandes negócios e clientes importantes muito antes do esperado. O governo paulista transferiu os pagamentos de 59 mil funcionários das estatais paulistas para a Nossa Caixa. Poucos dias depois, a Justiça tirou do Banespa 2,8 bilhões de reais em depósitos judiciais, que passará para a Nossa Caixa. Essas mudanças reduziram o ganho do Banespa. “A perda de receita pode ser de até 280 milhões de reais em cinco anos”, diz Erivelton Rodrigues, presidente da consultoria Austin Asis.(Gradilone, 2001)

No final de dezembro, o Santander fez uma oferta de compra das ações do Banespa em circulação no mercado. O preço surpreendeu os investidores: 95 reais por lote de mil ações, um prêmio de mais de 50% em relação à cotação do mercado. Em resposta, as ações do Banespa subiram de 60 para 91 reais no primeiro pregão deste ano. Só com a recompra, os espanhóis devem gastar mais de 1 bilhão de dólares. (Grandilone, 2001).

Os novos donos do Banespa não mediram esforços. O Santander colocou 22 mil funcionários do Banespa à caça de clientes e o resultado foi satisfatório:

Quadro 9: Força nas Vendas

- O Banespa esperava vender 100 mil novas apólices de seguro até 31 de março. Vendeu 105 mil só em janeiro de 2001;
- O patrimônio dos fundos cresceu 500 milhões de reais em 60 dias;
- Os empréstimos a pessoa física cresceram 12%;

Fonte: Banespa/Exame

A estratégia dos espanhóis para conquistar o mercado latino-americano é trabalhar com várias marcas numa região bem delimitada. Na América do Sul, o Santander decidiu atuar numa

faixa que começa em Santiago, no Chile, passa pela região de Mendoza e Buenos Aires, na Argentina, cobre o Uruguai e sobe pelo Brasil até o norte de Minas Gerais. O grupo espanhol deve manter o Banespa separado do Santander, que vai concentrar as operações de atacado e a administração de ativos. O Banespa será uma grande instituição de varejo e concentrará suas atividades na região centro-sul do país. (Gradilone, 2001)

4.3 AVALIAÇÃO DO SANTANDER/BANESPA DURANTE O PRIMEIRO E O SEGUNDO TRIMESTRE DE 2001

O Banespa teve um lucro líquido de US\$ 60 milhões. Desse resultado, US\$ 25 milhões são do Banco Santander Central Hispano (BSCH), na proporção à participação de um terço do capital total do banco paulista. Somente em abril de 2001 é que o banco espanhol passou a ter 97,1%, após o sucesso da oferta pública aos minoritários. (Carvalho, 2001)

Segundo dados da Gazeta Mercantil o Brasil acabou contribuindo com 20% do lucro líquido trimestral do grupo na América Latina, mesmo percentual das operações chilenas. Em primeiro lugar veio o México com 28%. E a América Latina como um todo contribuiu para 33% do ganho trimestral do BSCH. Esse percentual é calculado já descontando os custos de financiamento das aquisições que, assim como as operações de amortização do fundo de comércio (diferença entre o preço pago e o valor patrimonial) estão registradas no balanço do grupo como “atividades corporativas”.

Para melhorar os resultados do ano, uma das estratégias do BSCH é acelerar a amortização do ágio pago pelo Banespa, informou Corcóstegui executivo financeiro do Santander: “todos os ganhos extraordinários do ano serão gastos para amortizar o fundo de comércio do Banespa” (em Carvalho, 2001). Foi o que já aconteceu no primeiro trimestre com o ganho de capital de US\$ 173,5 milhões obtido com a venda de 0,5% do BSCH no Royal Bank of Scotland, que reduziu sua participação a 9% do banco britânico. Com isso, o BSCH também pretende melhorar seu índice da Basileia, que estabelece uma relação entre capital e ativos. O banco quer fechar o ano com um índice de 12% em comparação com 11,37% no final de março de 2001.

As expectativas quanto ao aumento do lucro do banco BSCH se confirma no segundo trimestre deste ano. Segundo reportagem de Todd White no jornal Valor Econômico: o banco Santander anunciou um crescimento de 30% nos lucros, isso se deu em decorrência da redução de seus custos e o desempenho do Banespa também contribuiu para este bom resultado.

O lucro do Banespa caiu 27,3% no primeiro semestre do ano em relação ao mesmo período do ano anterior, de R\$ 324,15 milhões para R\$ 235,5 milhões. As receitas e o resultado de intermediação financeira cresceram com maiores ganhos com crédito, alta do dólar e juros, mas o resultado líquido foi impactado pelo crescimento de 80% das despesas com pessoal, como o efeito do programa de demissões que o banco começou a fazer neste ano. O Banco gastou R\$ 1,304 bilhões com pessoal no primeiro semestre, 78,5% acima dos R\$ 730 milhões do mesmo período de 2000. (Bautzer, 2001)

O Banespa sofreu impactos da transferência de depósitos judiciais para a Nossa Caixa, que impediu um crescimento dos ativos. Apesar de o banco afirmar que ganhou contas, o volume de depósitos caiu de R\$ 10,4 bilhões para R\$ 9,5 bilhões. As operações de crédito caíram de R\$ 5,26 bilhões para R\$ 5,21 bilhões, segundo dados do balanço semestral divulgado.

O balanço semestral confirmou a compra de títulos públicos de 30 anos corrigidos pelo IGP-M mais 12% para cobrir o passivo previdenciário do banco, no valor total de R\$ 4,3 bilhões. O Santander comprou os papéis num leilão no primeiro dia do ano.

A receita de intermediação cresceu 11% no período, atingindo 2,26 bilhões. Cresceram tanto receitas com crédito como com a carteira de títulos e valores mobiliários 3%, atingindo R\$ 1,33 bilhões, como efeito da alta das taxas de juros e da cotação do dólar. O resultado com câmbio cresceu 150%, de R\$ 30,8 milhões para R\$ 77,1 milhões. A receita com crédito cresceu 20%, para R\$ 840,8 milhões.

Mas, o impacto com os gastos do programa de demissão voluntária resultou em queda do resultado operacional do banco, que recuou 59,9%, de R\$ 350,6 milhões para R\$ 140,5 milhões constatado no balanço divulgado do primeiro semestre de 2001.

O Banco Santander informou também que incorporou ágio pago pelo Banespa e pelo Meridional de R\$ 7,462 bilhões, e fez provisão de igual valor para evitar redução de lucro dos minoritários por causa da amortização.

Apesar da queda do lucro do Banespa, o resultado das atividades do Santander na América Latina já renderam US\$ 827 milhões, ou 68,8% do total. Só o Banespa, que lucrou US\$ 101,82 milhões representou 16,6% do resultado mundial do Santander.

4.4 ADEQUAÇÃO DO BANESPA AS ESTRATÉGIAS EMPRESARIAIS DO SANTANDER

Segundo o presidente do grupo espanhol no Brasil Gabriel Jaramillo: “Não se trata apenas de remodelar as estruturas físicas, mas também de aliciar os empregados do ex-banco estatal para os novos desafios, como reduzir o tempo de abertura de uma conta corrente de 87 para 15 minutos”.

Ao mesmo tempo em que desempenha e moderniza a estrutura antiga, o Santander quer ver o Banespa crescendo. Entre as prioridades para 2001, a base de clientes terá que ser ampliada em 500 mil clientes, para 3,6 milhões de contas, e a de cartão de crédito, dos atuais 700 mil para 1,5 milhões e 5 milhões até 2003.

A nova administração vem tendo sucesso em sua tarefa. Mesmo depois de perder para a Nossa Caixa a folha de pagamento de salários e a movimentação de caixa das estatais paulistas e R\$ 2,8 bilhões em depósitos judiciais, tendo que desativar 190 postos de atendimento bancários (PABs) instalados nos fóruns e tribunais paulistas, o banco aumentou a base de clientes de 2,9 milhões em dezembro de 2000 para 3,1 milhões atualmente. A abertura de novas contas correntes está num ritmo de 85 mil a 90 mil por mês. As vendas mensais aumentaram para 60 mil cartões de crédito e 30 mil títulos de capitalização, enquanto o volume de negócios de leasing subiu para 2.750 contratos por mês. No primeiro trimestre, foi apurado um lucro líquido de R\$ 102,9 milhões. (Carvalho,2001).

O Programa de Desligamento Voluntário (PDV), teve a adesão de 8.200 funcionários. Logo no início da administração, houve um ajuste de R\$ 2,6 bilhões no balanço e foi feita a oferta de recompra das ações dos acionistas minoritários que deu ao Santander 97% do capital do banco privatizado.

Em junho de 2001(Gazeta Mercantil) o Banespa informou ter 39 funcionários por agência; Bancos concorrentes como o Bradesco, 22; e o Itaú, 20. Mas, na Espanha o BSCH tem cinco funcionários por agência. Se houvesse essa redução de números de funcionários o Banespa

funcionaria apenas com 3 mil funcionários. Mas isso não é a realidade agora aqui do Brasil para o Banespa. Antes deve-se investir em infra-estrutura, tecnologia e treinamento.

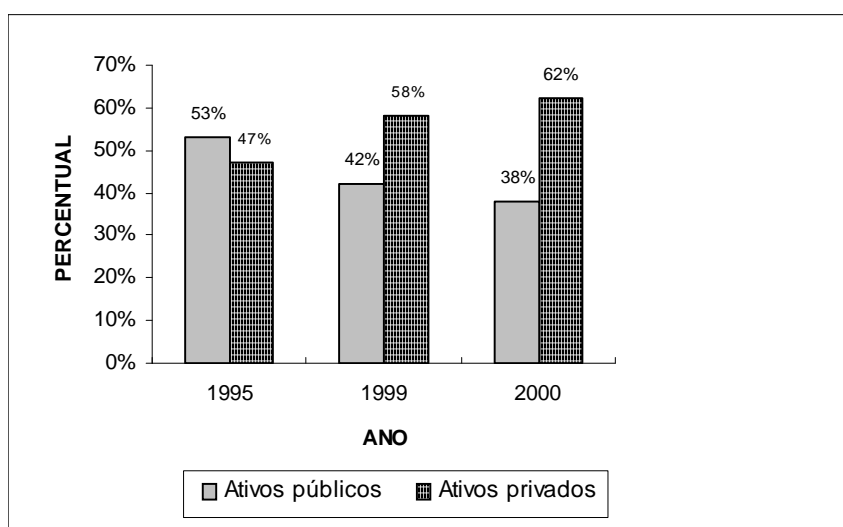
Nessa linha, o grupo BSCH quer concluir até o final do ano o projeto Altair de implantação de uma única plataforma tecnológica para todas as unidades da América Latina, à qual faltam aderir o Brasil e o México. No Banespa, especificamente, até o final do ano, a simplificação de tarefas, redesenho de 200 processos, a instalação de 3,7 mil caixas automatizados e 14 mil computadores, além do intenso treinamento do pessoal são estratégias para o melhor desempenho do banco privatizado.

4.5 FATIA DOS BANCOS NO MERCADO ATUALMENTE

Os dois maiores bancos do país, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, ainda pertencem a União. Mas a participação do Sistema Financeiro Oficial reduziu-se drasticamente nos últimos anos, com a privatização dos bancos estaduais, a admissão dos “esqueletos” na carteira de crédito do Banco do Brasil e a consolidação dos bancos privados.

Se em 1995 os bancos públicos representavam 53% dos ativos totais do sistema bancário, em junho 1999 a fatia das instituições federais e estaduais havia caído para 42%. Depois da privatização do Banestado em outubro de 2000, e do Banespa novembro de 2000, o governo passou a ser dono apenas de 38% dos ativos. É a menor participação oficial da história, e revela o tamanho do ajuste no Sistema Financeiro depois do Plano Real.

GRÁFICO 2: Ativos totais do sistema bancário (público e privado)
Brasil: 1995, 1999 e 2000.



Fonte: Valor Econômico

A parcela do setor privado, que era de 47% dos ativos há cinco anos, subiu para 58% em junho de 1999 e hoje chega a 62%, segundo a consultoria Austin Assis.

Em números absolutos, enquanto os ativos dos bancos oficiais subiram de R\$ 262 bilhões em 1995 para R\$ 346 bilhões em junho de 2000, uma alta de 32%, os ativos dos bancos privados cresceram de R\$ 237 bilhões para R\$ 474 bilhões, mais de 100%, verificando uma extraordinária evolução do setor privado.

Os dados consideram as vendas do Meridional (ao Bozano Simonsen, hoje do Santander), do Banerj, do Bemge e do Banestado (para o Itaú), do Credireal (BCN/Bradesco) e do Bandepe (Real). Mas, o quadro geral foi mais afetado pelos ajustes internos dos bancos e pela evolução dos ativos bons.

Em 1995, boa parte da carteira dos bancos públicos era composta de ativos de qualidade duvidosa. Somente o Banco do Brasil assumiu prejuízos de R\$ 12 bilhões em 1995 e 1996. A qualidade dos ativos dos bancos privados também melhorou nesse período, em que muitos (Nacional, Econômico, Bamerindus e outros) tomaram pelo caminho, como afirma Gustavo Franco ex-presidente do Banco Central.

Em junho de 1999, o total de ativos do sistema chegou a R\$ 820 bilhões segundo dados do Banco Central. Reduzindo-se a parcela do Banestado (R\$ 6,7 bilhões) e a do Banespa (R\$ 28,9 bilhões), a fatia do governo no mercado cai para R\$ 311 bilhões.

Os maiores bancos ainda são o Banco do Brasil (ativos de 145 bilhões) e a CEF (R\$ 124,3 bilhões). Juntos, eles detêm hoje mais de 80% dos ativos do Sistema Financeiro oficial e superam, de longe, os maiores concorrentes privados. Bradesco, Itaú, Santander e Unibanco, nesta ordem no ranking.

A União, com o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, o Banco do Nordeste e o BASA, já tem instituições financeiras sobrando, sendo que as duas maiores concorrem entre si. O Estado de São Paulo continua com a Nossa Caixa Nosso Banco, que está competindo modestamente com o Banespa. Ao entrar como parte importante do pagamento de um pacote de refinanciamento de dívidas estaduais de quase R\$ 50 bilhões, segundo o Banco Central, pela União, em 1997, o Banespa deixou de ser uma entidade isolada em si mesma, virou lastro

da viabilidade financeira do estado.

Com a compra do banco do Estado de São Paulo S/A – Banespa, o banco espanhol Santander consolida-se no mercado nacional e da América Latina, sendo hoje a terceira maior instituição privada do país.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como foco principal à redução da participação dos bancos estaduais no Sistema Financeiro e a reorganização do setor bancário após a privatização do Banespa. A escolha desse Banco é dada por sua dimensão, a sua presença no mercado com agências concentradas na região mais rica do país, trazendo importantes mudanças na estrutura do mercado.

O Sistema Financeiro Nacional passou por uma série de mudanças pós Plano Real, e várias medidas foram adotadas para o seu fortalecimento. Os bancos estaduais procuraram se ajustar e passaram por um forte processo de saneamento, com a implantação do PROER e do PROES, através dos quais muitos bancos foram liquidados, outros foram incorporados, federalizados e privatizados.

O processo de privatização do Banespa foi tratado mostrando todo o cenário que se instaurou no período. A disputa foi árdua, mas muito dos concorrentes ficaram no caminho, tais como: o Citibank, HSBC e Bank Boston, que afirmaram que o investimento seria muito alto visto os sérios problemas que o Banespa possuía. O Safra desiste por não ter experiência no varejo. Somente o Bradesco, o Itaú, o Unibanco e o Santander foram até o leilão. Mas foi o banco espanhol Santander que venceu, pagando 208% de ágio sobre o valor mínimo da instituição.

Com a compra do Banespa pelo Santander, as posições do ranking dos bancos se modificaram. O primeiro continua o Banco do Brasil, logo após a Caixa Econômica Federal passando para os privados Bradesco, Itaú, e agora o Santander e Unibanco respectivamente. O salto que o banco espanhol deu consolidou-o no mercado bancário brasileiro e na América Latina, sua posição passou de quinta para terceira maior instituição privada do país.

As perspectivas do Santander no primeiro semestre deste ano foram favoráveis, isso mostra que o Banespa contribuiu bastante para que o lucro do Santander superasse as expectativas esperadas pelos analistas financeiros e por alguns bancos que disputaram o leilão, onde a visão era negativa, em virtude dos problemas existentes no Banespa. No balanço referente ao

primeiro semestre de 2001, o banco Santander anunciou um crescimento de 30% para os lucros do segundo trimestre, período em que reduziu seus custos e o desempenho do Banespa começou a contribuir para o resultado. Assim, apesar da queda do lucro do Banespa, o resultado do Santander na América Latina rendeu 68% do total, dos quais 16,3% foram originados do Banespa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AVELAR, Mafalda. **Estratégia incluirá prêmios e contratações**. São Paulo. 28/11/2000. Folha dinheiro p. 1

BARROS, J. R. M e ALMEIDA Jr., M. F. **A reestruturação do Sistema Financeiro no Brasil**.<http://www.fazenda.gov.br/portugues/document/publica.html>. Agosto,1996.

BARROS, J. L. M., LOYOLA, G. J. .L. E BOGDANSKI, J. **Reestruturação do Sistema Financeiro no Brasil**. <http://www.fazenda.gov.br/portugues/document/publica.html>. Janeiro, 1998.

BAPTISTA, Cristiana e RAMIRO, Denise. Olé! Os espanhóis reconquistam a América Latina. **Revista Veja**. Economia e Negócios Investimentos. Disponível em: <http://www2.uol.com.br/veja/291100/p.134.html>. Acesso em 28/11/00

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Alienação de Ações do Capital do Banco do Estado de São Paulo S.A. - Banespa. Edital - Abertura do Processo**. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/html.15/05/1998>. Acesso em: 01/11/2000.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Alienação de Ações do Capital Social do Banespa. Edital - PND nº 2000/03**. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/html.03/10/2000>. Acesso em : 01/11/2000.

BAUTZER, Tatiana, Privatização do Banespa define futuro do setor bancário do país. **Valor Econômico**. Finanças c1. São Paulo.20/11/200.

CAMPELO JR., Aloísio. Ranking FGV de Bancos. Os 100 maiores. **Conjuntura Econômica**. Especial de Bancos. FGV/IBRE. vol.54, nº 6. Junho,2000

CANO, Wilson. **Fernando 2º e o Canto da Sereia**. Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/artigos/artigo61.htm>.

CYSNE, R. P. e FARIA, L.F.V. **Sistema financeiro brasileiro: diagnóstico e reformas requeridas. Ensaio Econômico 301.** Rio de Janeiro: EPGE, Fundação Getúlio Vargas, Março, 1997.

CORAZZA, Gentil. Os dilemas da supervisão bancária. **Indicadores Econômicos PEE: Análise Conjuntural.** Fundação de Economia e Estudos Econômicos - Porto Alegre - Rio Grande do Sul v. 28, nº 1, julho de 2000.

COSTA, Fernando Nogueira da. **Desnacionalização Bancária: Prós e Contras.** São Paulo. Disponível em: [http://www.eco.unicamp.br/artigo 38.html](http://www.eco.unicamp.br/artigo%2038.html). Acesso em: 16/06/2001.

COSTA, Fernando Nogueira da. **Pela Rejeição Pública ao Relatório Booz Allen - FIPE/USP.** Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/artigos/artigo121.html>.

EM 3º, SANTANDER ALCANÇA OBJETIVO. **Folha de São Paulo.** São Paulo, 21/11/00. Folha Dinheiro. Disponível em: <<http://www.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2111200008.htm>> Acesso em: 29/11/00.

FILGUEIRAS, Luiz. O Plano Real: antes e depois da crise cambial. **Bahia Análise & Dados.** Salvador, v.9, nº 3, dezembro 1999.

FREITAS, M.C.P. **A abertura do sistema bancário brasileiro ao capital estrangeiro.** Abertura externa e sistema financeiro. São Paulo: Fundap, Convênio Ipea-Fundap, Maio, 1998.

FORTUNA, Eduardo. Mercado Financeiro: produtos e serviços. 13ª Edição. Rio de Janeiro. Qualitymark Ed., 1999.

GARMAN, Chistopher. LEITE, Cristiane Kerches da Silva. MARQUES, Moisés da Silva. Impactos das Relações Banco Central x Bancos Estaduais no Arranjo Federativo pós-1994: Análise à Luz do Caso Banespa. **Revista de Economia Política**, vol.21, nº 1(81),janeiro-março/2001.

GRADILONE, Cláudio. Melhor do que a Encomenda: O caminho do Banespa está menos acidentado do que o Santander esperava. **Revista Exame**, ed. 734, ano 35, nº 4, 21/02/2001.

GUERRA, Oswaldo. Tendências Recentes no Sistema Bancário Brasileiro. **Bahia Análise & Dados**. Salvador, v.6, nº 4, março 1997.

GUERRA, Oswaldo. **Bancos e Indústria no Brasil**. Ensaio Econômico 1. Salvador: UFBA/FCE/CME, V. 1,1999.

MAGNO, Carlos. Um lance de ousadia. **Revista ISTOÉ**. Economia&Negócios. São Paulo. 27/11/2000.

PAPAGEORGIU, D. **Bancos Estaduais: experiências e perspectivas**. Anais do Congresso sobre Bancos Estaduais. Rio de Janeiro: Banco Central, 1992.

PUGA, Fernando Pimentel. **Sistema de Financeiro Brasileiro: Reestruturação recente, comparações internacionais e vulnerabilidade à crise cambial**. Textos para Discussão nº 68. Disponível em :< [http://www. bndes.com.br](http://www.bndes.com.br) >. Rio de Janeiro. março de 1999.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo Dicionário de Economia**. São Paulo. Ed. Best Seller. 1994.

SIMONETTI, Eliana. Yes, nós temos Banespa. **Revista Veja**, São Paulo, ed. 1636, 1602/2000. Disponível em: <<http://www2.uol.com.br/veja/160200/p.166.html>> Acesso em: 28/11/2000

WHITE, Todd. Lucro do BSCH cresce 30% no segundo trimestre. **Valor Econômico**. Caderno de Finanças. C5. São Paulo. 26/11/2001.